

Educação **Pais preferem URP para mensalidades escolares**

JORNAL DO BRASIL

15 MAR 1988

BRASÍLIA — A aplicação da URP às mensalidades cobradas desde dezembro até a data do novo acordo salarial dos professores e funcionários das escolas particulares, em substituição ao Decreto 95.720, que desindexou os preços escolares. Esta é a principal proposta do documento encaminhado, ontem, ao ministro da Educação, Hugo Napoleão, pelos representantes das 12 associações de pais de alunos, que compareceram ao I Encontro Nacional de Associações de Pais de Alunos, com passagem e hospedagem pagas pelo Ministério da Educação.

A proposta prevê, ainda, que o valor cobrado a mais neste primeiro bimestre (após o novo cálculo) deverá ser devolvido e corrigido em OTN ou descontado nas novas mensalidades. Além disso, o aumento salarial dos professores e funcionários só poderá ser repassado às mensalidades proporcionalmente aos custos que representem para a escola. Sem, no entanto, exceder 40% do valor da folha de pagamento. O secretário-geral adjunto do Ministério, Hélio Matos, disse que submeterá o documento à apreciação dos técnicos do Ministério da Fazenda, que poderão revogar o decreto.

O presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Alunos (Fenapa, fundada durante o encontro), Luis Cassemiro dos Santos, disse que, a partir da data-base dos professores e funcionários, as mensalidades passariam a ser corrigidas pela URP até findar o primeiro semestre letivo. Em julho, os valores seriam calculados através de uma fórmula matemática, que levaria em consideração os custos reais da escola, o número de

alunos matriculados, e 10% como percentual de lucratividade. A fórmula não consideraria como gastos o valor locativo do imóvel, a depreciação dos prédios e a taxa de evasão escolar.

Política — Em Belo Horizonte, o presidente da Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), Roberto Dornas, afirmou que falta legitimidade a muitas das associações de pais de alunos, reunidas em Brasília para pedir ao Ministro da Educação, Hugo Napoleão, a revogação do decreto que estabeleceu o regime de liberdade vigiada para o reajuste das mensalidades escolares. Segundo Dornas, um dos principais organizadores do encontro, Luis Cassemiro, da Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal, não é aluno e nem tem filhos matriculados em escolas particulares.

— Acho correto que o Ministério da Educação procure ouvir todos os segmentos envolvidos, mas sabemos que várias entidades foram proibidas, pelos próprios organizadores, de participar do encontro.

Para o presidente da Fenen, que não quis comentar o fato de o MEC pagar passagens e hospedagens dos representantes das associações participantes do encontro em Brasília, as entidades que foram impedidas de participar da reunião defendem posições contrárias aos interesses dos organizadores do movimento. Dornas identificou objetivos políticos no encontro realizado em Brasília, mas fez questão de dizer que acredita que o MEC não tenha conhecimento da censura feita a algumas entidades.